

MODELOS URBANÍSTICOS MODERNOS E PARQUES URBANOS:
AS RELAÇÕES ENTRE URBANISMO E PAISAGISMO EM SÃO PAULO NA
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

FABIANO LEMES DE OLIVEIRA

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADOR:

PROF. DR. JOSEP MARIA MONTANER

DOCTORADO EN TEORÍA E HISTORIA DE LA ARQUITECTURA
DEPARTAMENTO DE COMPOSICIÓN ARQUITECTÓNICA
UNIVERSITAT POLITÈCNICA DE CATALUNYA - UPC

Março
2008

Os níveis de recreação estabelecidos por Coolidge em função da idade, mencionados por Anhaia Mello e Prestes Maia, em que se buscava a recreação ativa e jogos para as crianças, o esporte para os jovens e o passeio para os idosos, encontra consonância na visão de Moses:

Um sistema de recreação bem organizado deve atender às necessidades dos indivíduos de todas as idades, desde aqueles que, por sua juventude, requerem o dinamismo dos esportes ativos, aos que só podem gozar passivamente da relva, das árvores e das plantas. Tal sistema tem que constar de um certo número de parques razoavelmente amplos e acessíveis, com extensas áreas arborizadas e ajardinadas, muitos campos marginais de recreio e espaçosas áreas para atletismo; de parques locais, nos bairros, de um a três hectares e dotados, da mesma sorte, de instalações adequadas para pessoas de todas as idades.³⁰

Em virtude disso, afirma que todos os parques existentes e em projeto deveriam ser reformados para abrigar áreas para recreação e prática esportiva. Dentre estes últimos, destaca o Parque do Ibirapuera e defende que deveria ter os planos existentes revistos para ampliar este uso, o que também significaria, a seu ver, retirar o viveiro de mudas existente.

Robert Moses reforça a necessidade de construção de mais parques para a cidade, constatando, como todos os urbanistas que vimos até agora, que o sistema de áreas verdes da cidade era deveras insuficiente. Trata basicamente de quatro categorias, a saber: os parques praças e outras áreas ajardinadas a cargo da Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios da Prefeitura Municipal; o Estádio Municipal e os centros de recreação; os parques estaduais e as praias de Santos.

Verifica-se que trabalha com distintas escalas dentro da cidade: a dos grandes parques e a dos espaços próprios dos bairros. A partir da realização de um *Survey* e analisando as áreas existentes, nas categorias mencionadas, constata - sobre as áreas de responsabilidade do Departamento de Parques, Jardins e Cemitérios - que eram poucas, pequenas e que antes de se configurarem como locais destinados à recreação ativa haviam sido pensados com vistas para o embelezamento urbano.

Considerava os centros de recreio e escolas existentes, referenciando-se em grande medida nos trabalhos da Comissão do Convênio Escolar (que vinha atuando desde 1948), extremamente caros para estender-se a toda a população, embora reconhecesse seu valor. Propõe a construção de pelo menos 50 *playgrounds* de bairro, de um a três hectares, diferenciando seu conceito das escolas e centros de recreio do Convênio Escolar. Moses sustenta que a construção destes parques menores, com programa mais resumido, “*mais simples e econômicos, com equipamento*

parte integrante e muito valiosa das facilidades recreativas de São Paulo. Parte destas praias deveriam ser incorporadas a um sistema de parques suburbanos estaduais, ao modo do que se fez em Nova Iorque e em outros Estados da América do Norte.³²

O sistema de vias e parques proposto para São Paulo, portanto, se configura a partir de uma visão da cidade que carrega os traços fundamentais das discussões urbanísticas vigentes. A estruturação da urbe a partir da criação de dutos viários radiais - como instrumentos da descongestão das áreas centrais e expansão em direção aos subúrbios ajardinados - bem como a visão regional impressa na proposta, já haviam sido por ele defendidas para Nova Iorque. Moses, ali colaborando tanto com o crescimento horizontal, como com o adensamento populacional a partir da construção de grandes edifícios (especialmente para os serviços de habitação pública e de *Slum clearance*), construía, nas palavras de Hall, a cidade das rodovias, das torres e dos parques urbanos.³³ O processo de metropolização de São Paulo, que se consolidava com a verticalização do centro e a expansão periférica, em muito se relacionava no momento com concepções de modernidade urbana espelhadas nas cidades norte-americanas. O plano de Moses, através de uma metodologia comparativa e dicotômica entre o fenômeno brasileiro e sua experiência estadunidense, ratifica em São Paulo este processo de crescimento e também entende a cidade a partir destes três elementos urbanos. Na cidade consolidada, pouco deveria ser feito além de obras de infra-estrutura. As autopistas, o automóvel privado e os ônibus possibilitariam a solidificação da criação de bairros periféricos mais próximos às áreas verdes, como os propostos em torno aos rios Pinheiros e Tietê. Recuperando as propostas existentes, reforça estes elementos da paisagem como estruturadores do crescimento urbano, da circulação e onde se deveriam localizar os principais novos parques da cidade. Aqui, a similitude com o Plano de Avenidas é clara, ainda que Moses tenha sido mais contido em relação à previsão de parques.³⁴ A defesa pelo papel recreativo e esportivo das áreas verdes coincide com a campanha de Anhaia Mello, bem como com sua idéia de construção de vias de alta velocidade que conectariam as unidades de vizinhança, através de um sistema viário hierarquizado. Moses também assume as altas velocidades, nas grandes autopistas, destacando da mesma forma a estruturação dos bairros pelos equipamentos de uso coletivo e dos *playgrounds*. Estes instrumentos eram os que possibilitavam que se pudesse considerar as praias de Santos dentro do sistema de parques de São Paulo. Se no século XIX a conexão com aquela cidade partia de pressupostos econômicos, tendo-se em vista o porto e a exportação do café, fazendo-se através da linha férrea; para a metrópole dos anos 50, a histórica inter-relação entre as duas cidades deveria se firmar, dentre outros aspectos, pelas modernas autopistas propostas. No bojo dos debates, portanto, o estudo de Moses para São Paulo carrega um amálgama de experiências e de posturas diversas e por vezes diametrais, em que assume tanto as altas

concentrações, como a expansão suburbana e o papel dos automóveis e da provisão de áreas verdes na construção da cidade moderna.

Assim, o Parque Náutico e os outros três lindeiros aos leitos fluviais; os parques, praças e jardins existentes; os Parques Estaduais; os 50 playgrounds, as *parkways* e as praias de Santos conformariam os principais elementos do sistema de parques que estabelece.

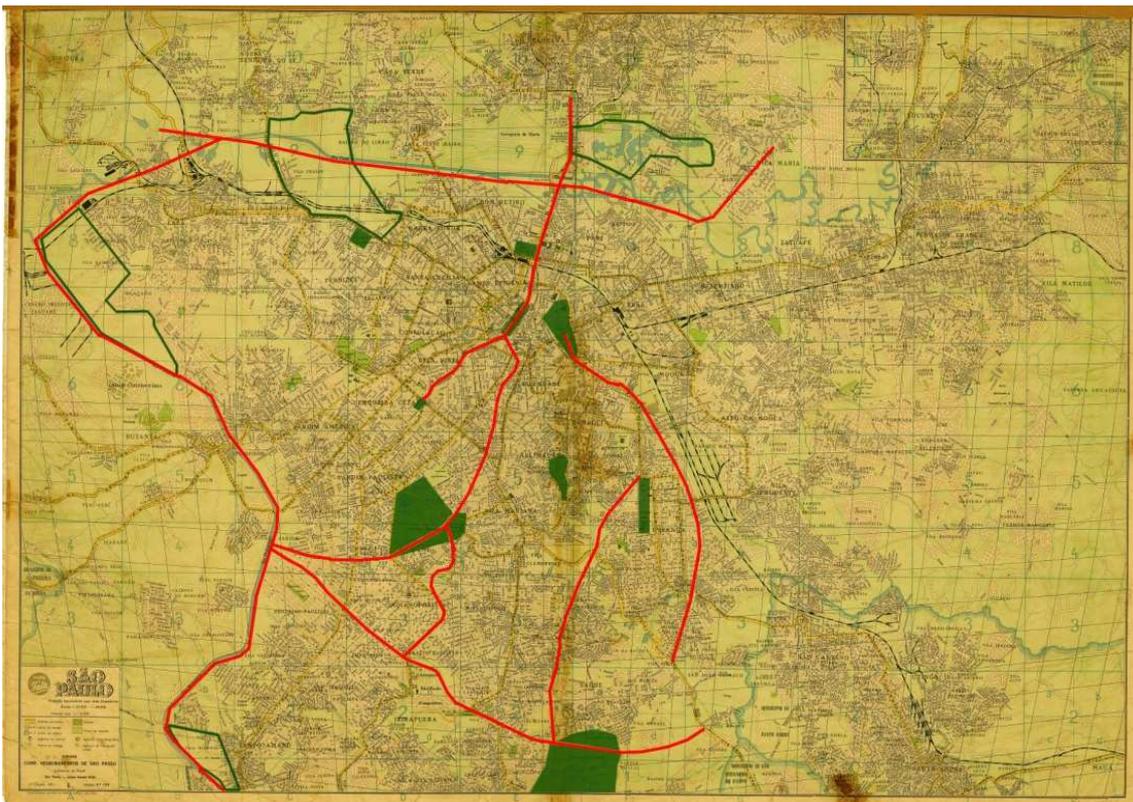


fig 21 - Mapa de São Paulo, de 1951, com sobreposição da proposta de criação de rodovias expressas e parques feita por Robert Moses.

Em vermelho indicamos as vias expressas, com linhas verdes as possíveis áreas que indica para a construção de parques e com manchas verdes os parques existentes, incluindo o Ibirapuera, em fase de projeto. Moses não identifica com precisão as áreas dos futuros parques, exceto o Parque Náutico, claramente demarcado, com o que nos guiamos pelas indicações existentes no relatório e optamos por desenhar sobre o mapa locais onde possivelmente se implementariam.

Fonte: Site da PMSP (marcações nossas).

O Plano Moses se bem foi referenciado em várias intervenções posteriores na cidade e louvado por determinados quadros locais³⁵, por outro lado não deixou de ter sido criticado pelos olhares escrutinadores de urbanistas locais. Inicialmente, dentro desta última corrente, se manifestava certo desconforto pela contratação de um grupo de estrangeiros, já que possuía, a cidade, profissionais de competência e maior sabedores das condições locais.³⁶ As manifestações contrárias se pautaram ainda no pressuposto de que tal iniciativa tratava da criação de um plano

diretor para a cidade, o que era visto como um despropósito, dado o resumido período tomado pela comissão estadunidense para levantar dados e realizá-lo. Outros se enfrentaram, por sua vez, às concepções de cidade apresentadas por Moses, tecendo reflexões críticas da importação deste modelo para o caso paulistano.

Daqueles que alçaram suas vozes para comentar o trabalho de Moses, destacamos os comentários de Prestes Maia. Apresenta uma visão comedida do evento, ressaltando como boa parte de suas idéias coincidia com o que ele mesmo havia proposto com anterioridade na cidade. Sendo que:

O único defeito, que lhe vemos, decorre do que temos dito: ótimo trabalho, mas que, paradoxalmente, não acrescenta uma vírgula ao que se sabia. Pior ainda: restringindo-se, pela força das circunstâncias, às generalizações e aproximações, faz-nos mesmo retrogradar, conforme o assunto, na marcha que levávamos. Com efeito, todos os aspectos gerais do urbanismo, que desde 1910 se discutiram e divulgaram em São Paulo, pelo esforço de figuras como Vitor Freire e Ulhôa Cintra, que a Parca já levou, de Anhaia Mello e até deste escrevinhador obscuro (...) haviam já repassado o estádio de propaganda e das idéias gerais.³⁷

A dialética entre proposição teórica e pragmatismo executivo é por Maia novamente ressaltado. Mantém o seu alinhamento com a figura de Moses para defender as realizações possíveis, ante, a seu ver, a inocuidade dos projetos livrescos:

Muita gente habituada ao urbanismo de livros e revistas, em que as maiores subversões se fazem facilmente, apenas com papel e aquarela, acharam falta em perspectivas fantásticas, espaços verdes imensos, arranha-céus à Corbusier e paisagismos à inglesa, a que estavam acostumados. (...) E essa é justamente a maior das suas qualidades, boa ou má que a reputemos: realiza, e não oferece a incoerência de urbanistas que passam a vida a pregar utopias e morrem sem deixar o mais píffio arruamento. (...) Eriçam-se-nos os cabelos só ao pensar nos nomes com que tem brigado: Saarinen, Gropius, Mendelsohn, Lloyd Wright, Mumford e outros que tais.³⁸

Moses, prevenido pelo contexto crítico norte-americano, já no seu relatório ressalva-se alçando críticas aos planejadores “utópicos”, na significação acima mencionada. Alude à necessidade de se ater às condições reais para o estabelecimento de um plano de ação e afirma que:

Qualquer rapazola de Ginásio poderia criar grandiosos projetos, para cinquenta ou cem anos, de magníficas perspectivas de bairros residenciais e industriais; projetos, contudo, divorciados da tradição e dos interesses locais, indiferentes ao fato de que há natural resistência à mudança,

esquecidos de que cumpre respeitar liberdades, evitar confusão econômica, excesso de burocracia e preços fantásticos.

Muitos dos arquitetos e urbanistas modernos também desprezam tais considerações e desejariam um governo todo-poderoso, comunista ou fascista, que varresse os obstáculos e estabelecesse um conselho supremo de planejamento, que desse ao povo o que considerasse bom, quisesse-o o povo ou não.

Nada mais oferecemos que um programa modesto de melhoramentos, mas com financiamento, prazo e objetivos definidos.³⁹

Maia, embora reconheça a pré-existência das principais idéias apresentadas pelo grupo norte-americano, destaca a eficácia de Moses reconhecendo-lhe o vasto currículo. Defende o relatório em vários momentos, tendo-lhe uma visão geral positiva, criticando-o em outros momentos, especialmente em relação à falta de uma posição perante a expansão urbana, se e como deveria ser feita; ao fato de não ter considerado a remoção das linhas férreas para as margens do Tietê, a desconsideração da área central e do tema da habitação popular, as recomendações “simplistas” para o problema dos transportes públicos, dentre outros.

Sobre o sistema de parques, reconhece que “*não podia deixar de atrair a atenção de Robert Moses, cujo carinho pelos parques e ‘playgrounds’ nova-iorquinos é conhecido, e que foi o criador de inúmeras obras do gênero*”.⁴⁰ Acerca dos primeiros, destaca o interesse de Moses para o Parque Náutico, recriminando, por outro lado, a desconsideração de áreas como a Cantareira. Sobre estes últimos, assume que a defesa pela sua criação casava com a campanha que realizava Anhaia Mello desde muitos anos, revisando as considerações de Moses sobre o tema. A apropriação das praias de Santos é vista por Maia como bastante oportuna e cita seu próprio plano regional para esta cidade costeira, onde defendia obras como a de *Jones Beach*, como vimos no capítulo 4.

Não se trata aqui de comentar as inúmeras críticas que se fizeram à contratação do grupo americano, nem de tecer maiores análises das que se fizeram ao seu relatório.⁴¹ Suas propostas remexeram o amálgama de discussões presentes no momento, tocando ao mesmo tempo orgulhos, razoamentos críticos e posturas afins. A conjunção entre avenidas expressas, praias, parques e playgrounds - uma das marcas das atuações de Moses - definiu um modelo que, partindo de sua experiência prévia e de propostas existentes de urbanistas em São Paulo, estruturaria o sistema de áreas verdes em distintas escalas. Na esfera municipal, nos anos seguintes se incrementa a construção de áreas de recreação de bairro, em especial nas edificações escolares, e se ratifica a opção rodoviarista para o desenvolvimento urbano.

Infelizmente, na seqüência das atuações públicas não ocorreu o mesmo com as áreas de parques que à exceção do Parque do Ibirapuera, inaugurado em 1953, pouco se realiza. Assim, a dualidade que Moses admitia necessária para a vida futura da cidade: a via expressa e os parques, se efetiva em São Paulo de maneira manca, incompleta, centrada muito mais nas avenidas que no segundo termo da equação: as áreas de parques.

5.4 O PARQUE METROPOLITANO: PARQUE DO IBIRAPUERA

O enredo que culmina com a construção do Parque do Ibirapuera é largo em histórias e projetos e foi analisado na dissertação de mestrado de Oliveira.⁴² Não pretendemos aqui uma revisão desta obra, com o que não nos ateremos aos projetos não realizados e em aproximações detalhadas ao projeto executado. Confluiremos nossos esforços em pontuar este evento em relação ao analisado na tese, em como e a partir de que ideários foi considerado na maioria das propostas urbanísticas analisadas, até por fim se converter em grande símbolo metropolitano, depositário de ovações e de augúrios sobre o futuro de São Paulo.

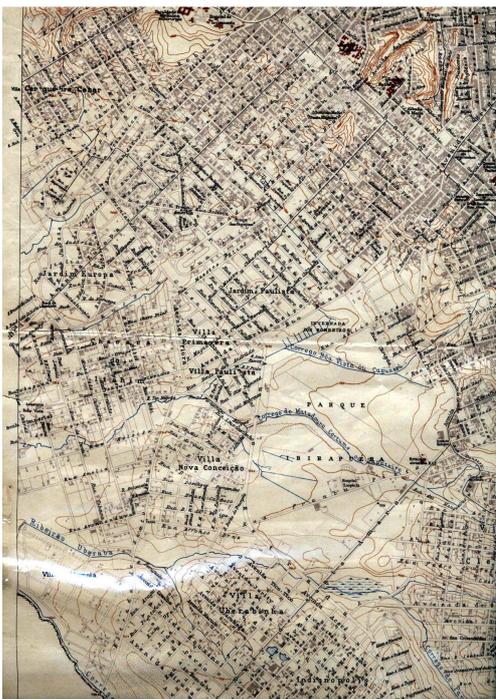


fig 22 - Mapa de 1930 mostrando a área do futuro parque do Ibirapuera.

Fonte: Mapa Sarah Brasil, 1930.

Em 1926, na gestão do Prefeito Pires do Rio se pensa pela primeira vez na construção de um parque na várzea do Ibirapuera e do Caaguassu após intrincada disputa judicial entre o poder público e invasores da área. Assim, se referencia a ele em relatório daquele ano:

A menos de dez minutos de bonde da Liberdade ou de Higienópolis, na vizinhança de Vila Mariana e do Jardim América, temos essa grande extensão de terreno público vazia de construções. Impunha-se a iniciativa de um vasto parque, útil à higiene da população urbana.⁴³

Destacamos a importância de Pires do Rio na promoção da necessidade de criação de parques na cidade, que não se resumiu apenas à vontade de construir o do Ibirapuera, mas que também se verificou, dentre outras atuações, nas disputas com o Governo Estadual para as obras de regularização do Rio Tietê, incluindo as faixas verdes marginais já mencionadas.



fig 23 - Área do futuro Parque do Ibirapuera em "Planta Geral da Villa Clementino abrangendo parte das várzeas Ibirapuera e Caaguassu. 1928" com projeto de prolongamento da Avenida Brasil.

Fonte: Centro de Documentação Técnica do DEPAVE-PMSP.

A área do futuro Parque do Ibirapuera, de aproximadamente dois milhões de metros quadrados, era lodacenta e apresentava três córregos cortando-a de norte a sul: o Caguassú ou Boa Vista, o do Matadouto e o Uberaba. (fig 22) No sentido de drená-la e de evitar novas ocupações ilegais, o funcionário público Manoel Lopes de Oliveira Filho é encarregado da preparação do terreno para a realização do parque, iniciando um vasto plantio de eucaliptos e, dois anos depois, coordena os trabalhos de traslado do viveiro municipal de mudas para a área. Ainda na gestão de Pires do Rio propõe-se a extensão da Avenida Brasil, que conectaria o futuro parque aos bairros jardins do setor sudoeste da cidade.

(fig 23) O prefeito, ao final de seu mandato, encarrega a realização do Plano de Avenidas a Prestes Maia e o projeto específico para o parque, a Reynaldo Dierberger.

Não nos esqueçamos de que o paisagista, filho de importante jardineiro alemão imigrado a São Paulo, foi personagem ativo na realização de diversos projetos paisagísticos, dentre eles a reforma dos Jardins do Ipiranga, como parte integrante das obras das comemorações do centenário de independência, em 1922. Naquele então possivelmente conheceu Maia, que participava na realização das obras para as festividades.

Publicado em junho de 1930, seu projeto para o Ibirapuera incorporava as principais questões presentes nos debates públicos do momento, em que destacamos: a reflexão sobre a constituição de um modelo de parque que pudesse ser considerado “brasileiro”,⁴⁴ a plena consciência do parque com instrumento urbanístico de construção da cidade e elemento necessário à vida urbana; e no

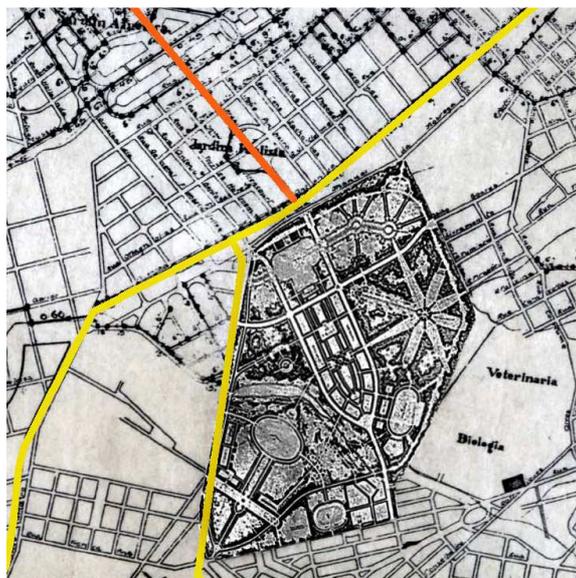


fig 24 - Montagem do projeto de Dierberger sobre mapa de São Paulo de 1929 mostrando suas conexões viárias principais.

Em amarelo, a ligação com o centro e com o sul da cidade e em laranja, a Avenida Brasil conectando-o aos bairros jardins do entorno.

Fonte: Montagem nossa. Mapa original: Site da PMSP.

que diz respeito ao saneamento público, embelezamento e à necessidade de promoção de área verde destinada a toda a população. Neste último aspecto, há que ressaltar o papel do parque como promotor de espaços para a recreação ativa e a prática esportiva, bem como a propagação do conhecimento botânico, de atividades culturais e artísticas.

Dierberger busca conectar o parque aos arredores e prolonga a Avenida Brasil, (fig 24) dividindo-o em duas partes. Alertamos para o fato de que no Plano de Avenidas, tal prolongamento foi pensado de modo distinto e deveria subir acompanhando o leito do córrego do Caguassú, até encontrar-se com o circuito de bulevares exteriores proposto. Dierberger, de modo distinto, prolonga-a em direção à Vila Clementino, criando ainda, a partir do contato entre a Avenida Brigadeiro Luiz Antônio e a Estrada de Santo Amaro (atual Avenida República do Líbano), outra via que juntas definiram um grande eixo diagonal. Transversalmente a esse eixo, estabelece a conexão entre esta via e a Rua Abílio Soares e na intersecção entre ambos demarca a posição da piscina pública. Vê-se que aproveita as águas do Caguassú para criá-la e a um canal; do mesmo modo utilizando o leito do córrego Matadouro na criação de um lago sinuoso, de espelhos d'água no centro do eixo principal e da forma estelar implantada à sua direita. (fig 25)

Como discutimos com anterioridade, a influência alemã marca tanto a formação do urbanismo em São Paulo como a prática paisagística das primeiras décadas do século XX. A urbanística germânica e os exemplos de parques ali criados desde o Oitocentos apresentavam-se como elementos de construção da cidade moderna e fomentaram em São Paulo a reflexão sobre a necessidade de se repensar as formas de intervenção na cidade e o papel do parque urbano.

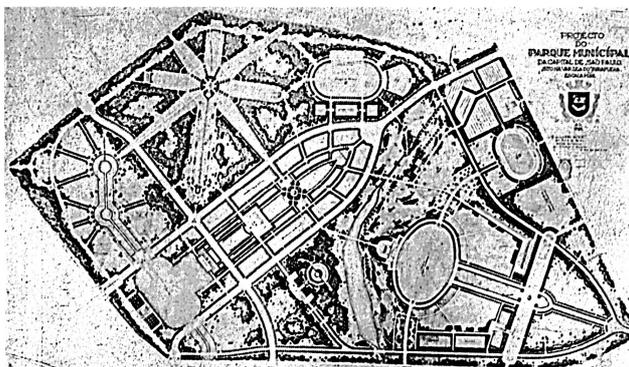


fig 25 - Projeto de Reynaldo Dierberger para o Parque do Ibirapuera. 1930.
Fonte: DIERBERGER. 1930, p.35.

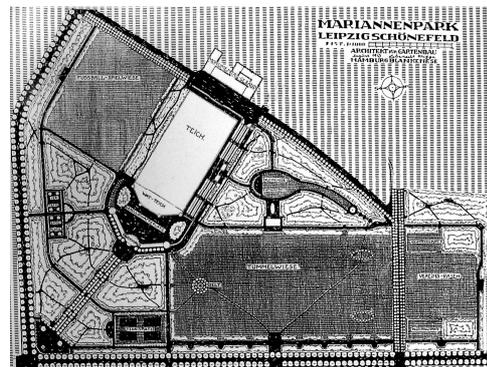


fig 26 - Mariannenpark. Leberecht Migge, Leipzig, 1911-4.
Fonte: MIGGE. 1981, p.81.

Dierberger, criado em família alemã dedicada à jardinagem e atento às discussões correntes, se apropria dos princípios da tradição paisagística germânica na elaboração do seu projeto para o Parque do Ibirapuera. Tal como Stübben afirmara e se constatava na obra de paisagistas como Gustav Meyer e Peter Joseph Lenné, o parque alemão – enquanto abstração e estereótipo difundido - apresentava uma mescla equilibrada de traçados sinuosos, prados, bosques e lagos pinturescos com elementos geométricos e regulares, em que necessariamente se incluíam áreas para a prática esportiva. Panzini atenta ainda para como a presença de um eixo central estruturador dos eventos, locais projetados e cenas que vão se dispondo; a inclusão de estádios, formas estelares e em arenas se conformarão como marcas particulares e originais dos parques urbanos alemães desde o século XIX.⁴⁵ Com as criações dos primeiros *volksparken* se incrementa o interesse para disposições regulares, criações de eixos visuais e a promoção de atividades recreativas e esportivas, em que elencamos o projeto do Mariannenpark, (fig 26) em Leipzig, de Leberech Migge e o de Fritz Schumacher para o *Stadtspark* de Hamburgo, (fig 27) particularmente influentes no trabalho de Dierberger em questão.

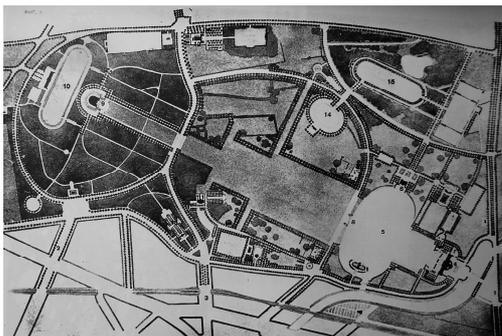


fig 27 - Stadtspark de Hamburgo. Fritz Schumacher, 1922.

Fonte: CHADWICK. 1966, p.261.

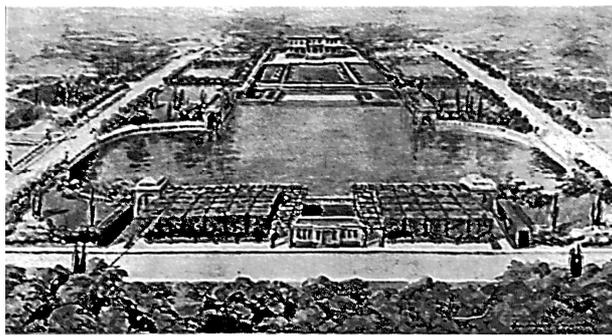


fig 28 - Piscina pública no Parque do Ibirapuera. Projeto de Dierberger, 1930.

Fonte: DIERBERGER. 1930, p.36.

As relações formais mencionadas, os vastos gramados e bosques, tal como o foco na criação de áreas para a recreação e esporte aparecem presentes no projeto de Dierberger. Buscou uma composição combinada de elementos do pinturesco com formas geométricas e monumentais, (fig 28) em que se destaca a definição do grande eixo central.⁴⁶ Após a entrada monumental, o visitante encontraria no Parque do Ibirapuera:

Extensos gramados com longas e variadas perspectivas, para o passeante amador da natureza.

Campos de esporte, jogos e corridas. Pistas para cavaleiros e caminhos protegidos para pedestres.

Aproveitamento da água para a formação de piscinas e lagos de esportes aquáticos.

Formação de recantos pitorescos com asas de restaurantes, concertos, ginásticas, etc.⁴⁷

Incluía um cassino, um roseiral, um teatro ao ar livre, “torre de descortino”, uma “cascata rústica”, um estádio olímpico, um “Club House”; área para cultivo de plantas, estufas e alojamento para os jardineiros; um hipódromo, campos de futebol, quadras de tênis, local para prática de golf, dentre outros. O programa adotado trazia, portanto, para dentro do parque uma variedade significativa de atividades artísticas, culturais, científicas, recreativas e esportivas, mesclando usos historicamente típicos das elites, como outros de caráter popular. Vimos que sobretudo com o projeto de Cochet para o Parque D. Pedro II, em 1922, e nas propostas de parques marginais ao rio Tietê da Comissão de Melhoramentos, se buscava a introdução do esporte como função primordial destes espaços, o que Dierberger defende fortemente para o Ibirapuera.

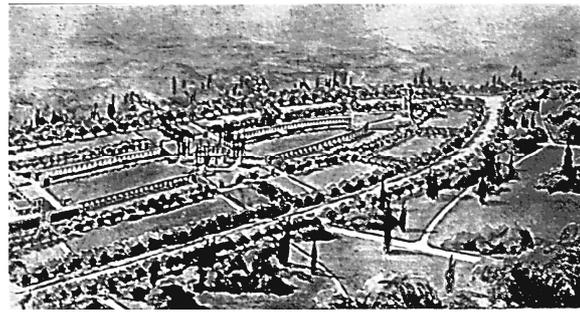


fig 29 - Perspectiva do eixo central do projeto de Dierberger para o Parque do Ibirapuera.
Fonte. MAIA. 1930, p.343.

Propôs um parque conectado ao tecido citadino, que articulava as áreas do entorno preenchendo o então miasmático descampado. O parque deveria ser uma criação artística e como tal, contribuir para o embelezamento urbano. Antes que o puro atendimento desta vontade de beleza, tratava-se ademais da conversão de um espaço insalubre em local propício para a realização de um amplo leque de atividades ao ar livre e em área verde destinadas ao desenvolvimento físico, moral e espiritual do indivíduo.

Prestes Maia indica no Plano de Avenidas que se trabalhava para sua implantação. Como um dos 12 periféricos a serem conectados pelo ‘Circuito de *Parkways*’ - dentro do sistema de parques proposto, o Ibirapuera já aparecia como o grande parque urbano da capital paulista e dignificaria ainda mais o setor sudoeste, área de expansão das elites. Arthur Saboya, na apresentação do Plano de Avenidas de Prestes Maia, fala do desejo do poder municipal em construí-lo e comenta os litígios que teve com posseiros:

O Parque do Ibirapuera, com seus dois milhões de metros quadrados, está em formação. Dessa avultada área, um milhão e quinhentos mil metros quadrados foram reivindicados, após tenaz e inteligente esforço administrativo. Em moeda sonante a ação enérgica e patriótica do Dr. Pires do Rio pode ser traduzida pelo valor de 22.500 contos de réis, correspondente à área reincorporada ao patrimônio público. Se isso não fora suficiente para avultar-lhe a iniciativa bastaria a circunstância de ficar o parque ao pé do centro da cidade, entre bairros residenciais e prósperos.⁴⁸

Poucas indicações são feitas por Maia em 1930, conquanto chame a atenção o fato de que tenha incorporado ao parque parte da área compreendida hoje entre a Avenida Ibirapuera e a Avenida Rubem Berta. (fig 30) O Jardim Lusitânia, situado atualmente entre as duas áreas, havia sido loteado em 1918 e encravava-se como elemento de obstrução à continuidade do parque. Maia assumia assim que ele fosse dividido em duas seções, sendo a primeira “*tratada com arte e delicadeza*” e a segunda destinada majoritariamente à prática esportiva e “*diversões*”, em que se deveria incluir um lago para a prática de esportes aquáticos.⁴⁹ (fig 31) A conexão entre ambos se daria, na posição da atual Avenida Sagres, por duas *parkways* que cortariam o novo bairro. Este seria regulado para que se conformasse como bairro-jardim, favorecendo destarte a transição entre as duas seções do parque. Como vimos, a aceitação do modelo de cidade-jardim por Maia como instrumento de construção dos bairros suburbanos paulistanos e como formas de criar cunhas verdes da periferia em direção ao centro aparece explícita no Plano de Avenidas. Estes canais verdes se efetivariam ao longo das avenidas Anhangabaú (9 de Julho) e Itororó (atual 23 de maio), ambas hastes do “Sistema Y”. Relembremo-nos que além do caráter verdejado desta zona, a poucos quilômetros se encontrava o “Circuito de Parkways”, englobando os rios Tietê e Pinheiros e suas várzeas a ajardinar. Portanto, as duas hastes do “Y” - a Avenida Anhangabaú (Centro/Jardim América/rio Pinheiros) e a Avenida Itororó - tratadas como *parkways*, carregariam o verde para o tronco do sistema, conectando o Pinheiros, os bairros em questão, Parque do Ibirapuera e o centro da cidade.



fig 30 - Foto aérea da área do Parque do Ibirapuera com marcações nossas. 1930.
Fonte: MAIA. 1930.

fig 31 - Detalhe da situação do Parque do Ibirapuera no plano de Avenidas, 1930.
Fonte: MAIA. 1930, p.121.

